



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CENTRO DE EDUCAÇÃO HUMANIDADES E SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM EDUCAÇÃO INFANTIL E
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM ESTUDANTES COM TEA:
REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DA ARTE

Raylanne de Sousa Taveira

Tocantinópolis, Tocantins

2026

RAYLANNE DE SOUSA TAVEIRA

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM ESTUDANTES COM TEA: REFLEXÕES
SOBRE O ESTADO DA ARTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal do
Norte do Tocantins (UFNT), Centro de
Educação, Humanidades e Saúde, Curso de
Especialização em Educação Infantil e
Práticas Pedagógicas, como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Educação Infantil e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Prof^a Dr^a Milena Pedro de
Morais

Tocantinópolis, Tocantins

2026

Raylanne de Sousa Taveira

Formação docente para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas com
estudantes com TEA: Reflexões sobre o estado da arte

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Norte do Tocantins
(UFNT), Centro de Educação, Humanidades e
Saúde, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em
Educação Infantil e Práticas Pedagógicas. Foi
avaliado para a obtenção do título de Especialista
em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas e
aprovado em sua forma final pela orientadora e
pela banca examinadora.

Data de aprovação: 03 / 09 / 2026

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MILENA PEDRO DE MORAIS**
Data: 03/09/2026 15:12:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dra.^a Milena Pedro de Moraes – Orientadora - UFNT

Documento assinado digitalmente
 **CLEOMAR LOCATELLI**
Data: 04/09/2026 09:00:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr.^o Cleomar Locatelli – Examinadora - UFNT

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANO LOPES DE SOUZA**
Data: 04/09/2026 17:13:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o Dr.^o Adriano Lopes de Souza – Examinadora - UFNT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D278f de Sousa Taveira, Raylanne.

Formação docente para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com TEA: Reflexões sobre o estado da arte / Raylanne de Sousa Taveira. - Centro de Educação, Humanidades e Saúde - CEHS, TO, 2026.

39 f.

Artigo de Especialização (Especialização - Especialização em Educação Infantil) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2026.

Orientadora: Profa^a Dra^a Milena Pedro de Moraes.

1. Formação docente . 2. Práticas pedagógicas inclusivas. 3. TEA.

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Dedico este trabalho ao meu marido e aos meus filhos, por todo amor, compreensão e apoio durante esta caminhada. Obrigada por compreenderem minhas ausências, minhas preocupações e os momentos em que precisei me dedicar aos estudos. Vocês foram minha força e minha motivação para seguir em frente.

Aos meus avós Rita e Nilo, por serem meu apoio constante, pelo carinho e por estarem sempre ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

À minha orientadora Milena, por todo incentivo, paciência e dedicação, e por sempre me encorajar a seguir em frente diante dos desafios.

Esta conquista também é de vocês.

AGRADECIMENTO

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e perseverança para chegar até aqui. Agradeço por me sustentar nos momentos de dificuldade, renovar minhas forças quando pensei em desistir e permitir que eu pudesse concluir mais uma etapa tão importante da minha vida.

Ao meu marido, meu agradecimento especial por ter acreditado em mim desde o início, desde o momento da inscrição nesta graduação. Obrigada por todo incentivo, apoio, compreensão e por estar ao meu lado durante toda essa caminhada. Nos dias em que estive desanimada, suas palavras e seu incentivo foram fundamentais para que eu continuasse. Obrigada por sempre me lembrar que eu era capaz e por não me deixar desistir.

Aos meus filhos, por serem minha motivação diária e a razão de tantos esforços. Obrigada por compreenderem minhas ausências, meus momentos de estudo e por fazerem parte dessa caminhada. Cada conquista também é por vocês.

Aos meus avós, que são minha rede de apoio e um suporte fundamental em minha vida. Agradeço por estarem sempre presentes, por apoiarem minhas decisões e por todo cuidado e carinho. O apoio de vocês foi essencial para que eu pudesse frequentar as aulas, cumprir meus compromissos e seguir firme nessa caminhada, sem precisar faltar. Sou imensamente grata por poder contar com vocês.

À minha orientadora, meu agradecimento mais especial por toda dedicação, paciência, carinho e acolhimento durante essa caminhada. Obrigada por sempre me incentivar, por acreditar em mim, por segurar minha mão quando pensei em desistir e por me acolher com palavras que me deram forças para continuar. Sua presença e seu incentivo foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por não me deixar desistir e por acreditar em mim, mesmo quando eu mesma duvidei.

Aos professores que fizeram parte da minha formação acadêmica, agradeço pelos ensinamentos, conhecimentos compartilhados e por contribuírem para minha formação profissional e pessoal.

Aos meus colegas e amigos que fizeram parte dessa trajetória, agradeço pelo companheirismo, pelas experiências compartilhadas, pelo apoio e por todos os momentos vivenciados ao longo dessa caminhada.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação acadêmica e pessoal, compartilhando conhecimentos, experiências, apoio e incentivo ao longo dessa caminhada. Esta conquista é fruto de muito esforço, dedicação e perseverança, mas também do amor, apoio e incentivo de pessoas especiais que estiveram ao meu lado durante todo esse caminho. A todos, minha sincera gratidão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	17
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	37

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS COM ESTUDANTES COM TEA: REFLEXÕES
SOBRE O ESTADO DA ARTE

Raylanne de Sousa Taveira

Discente do Curso de Especialização em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas
Universidade Federal do Norte do Tocantins. Tocantinópolis – TO
e-mail: raylanne.taveira@ufnt.edu.br

Milena Pedro de Moraes

Professora Dr^a do Curso de Especialização em Educação Infantil e Práticas Pedagógicas
Universidade Federal do Norte do Tocantins. Tocantinópolis – TO
e-mail: milena.morais@ufnt.edu.br

RESUMO

A educação inclusiva constitui um direito assegurado pela legislação brasileira, porém sua efetivação na Educação Infantil ainda apresenta desafios, especialmente no atendimento às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este estudo teve como objetivo identificar o estado da arte acerca de impactos gerados pela formação continuada para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com TEA, analisando estratégias docentes, necessidades formativas e planejamento inclusivo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, desenvolvida por meio de revisão de literatura. O levantamento, realizado em julho de 2026 nas bases Google Acadêmico, SciELO e Portal de Periódicos CAPES, identificou 13 artigos publicados entre 2020 e 2026. Entre os estudos analisados, houve predominância de pesquisas de revisão da literatura, presentes em 7 dos 13 artigos, enquanto a formação docente destacou-se como um dos principais desafios para a efetivação da inclusão, associada à insuficiência de recursos pedagógicos, condições de trabalho e apoio institucional. Os resultados evidenciaram que a formação docente, os recursos pedagógicos, as condições de trabalho, o apoio institucional e a articulação entre escola, família e profissionais especializados são fundamentais para a inclusão. Conclui-se que a formação continuada é relevante, mas requer políticas permanentes, contextualizadas e articuladas às condições de trabalho e às práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave : Educação inclusiva; Formação continuada; Educação Infantil; Transtorno do Espectro Autista; Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

Inclusive education is a right guaranteed by Brazilian legislation; however, its implementation in early childhood education still presents challenges, particularly regarding the care of children with Autism Spectrum Disorder (ASD). This study aimed identifying the state of the art regarding the impacts generated by continuing education for the implementation of inclusive teaching practices with students with ASD, by analyzing teaching strategies, training needs, and inclusive planning. It is a qualitative, descriptive study conducted through a literature review. A search carried out in July 2026 across Google Scholar, SciELO, and the CAPES Journal Portal identified 13 articles published between 2020 and 2026. Among the studies analyzed, literature reviews predominated—appearing in 7 of the 13 articles—while teacher training emerged as a key challenge for the implementation of inclusion, alongside a lack of pedagogical resources, poor working conditions, and insufficient institutional support. The results highlighted that teacher training, pedagogical resources, working conditions,

institutional support, and coordination among schools, families, and specialized professionals are fundamental to inclusion. The study concludes that continuing education is significant but requires permanent policies that are contextualized and aligned with working conditions and inclusive pedagogical practices.

Keywords: Inclusive education; Continuing education; Early childhood education; Autism Spectrum Disorder; Pedagogical practices.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um direito fundamental para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse direito é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Porém a implementação de práticas inclusivas dentro da sala de aula regular ainda é um grande desafio para os professores, e para as instituições de ensino (Brasil, 1996)

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição do neurodesenvolvimento que pode envolver diferenças persistentes na comunicação e na interação social, associadas a padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Por apresentar características e necessidades diversas, o estudante com TEA pode demandar estratégias pedagógicas diferenciadas que favoreçam sua participação, socialização, comunicação, aprendizagem e desenvolvimento no ambiente escolar. Nesse sentido, torna-se importante que o professor esteja preparado para planejar e desenvolver práticas pedagógicas que considerem as especificidades e potencialidades de cada estudante (Paula; Peixoto, 2019).

É cientificamente conhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA). É caracterizado por problemas na comunicação, na socialização e no comportamento, geralmente diagnosticado entre 2 e 3 anos de idade. Segundo Mello (2007), o autismo é um distúrbio do comportamento que consiste em uma tríade de dificuldades, são elas: dificuldade de comunicação, dificuldade de sociabilização e dificuldade no uso da imaginação. (Paula; Peixoto, 2019, P.32)

O interesse por esta temática emergiu não apenas de uma demanda acadêmica e profissional, mas também de um envolvimento pessoal profundamente significativo. A motivação principal surgiu após o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) do meu filho, experiência que ampliou meu olhar sensível para as questões que envolvem o desenvolvimento, a inclusão e o acolhimento das crianças autistas. Além de atuar profissionalmente com estudantes com TEA, vivencio diariamente, em meu

contexto familiar, os desafios, necessidades e potencialidades que permeiam esse universo.

Durante o exercício da docência na Educação Infantil, experiência relevante para o desenvolvimento deste estudo, assim, observo cotidianamente algumas das dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação ao planejar e executar práticas pedagógicas e inclusivas em salas de aula regulares que contemplem, de forma efetiva, as necessidades das crianças com TEA. Essas vivências, tanto pessoais quanto profissionais, impulsionam a relevância deste estudo e reforçam a necessidade de refletir, compreender e propor caminhos que contribuam para a ampliação de práticas mais inclusivas e humanizadas.

No contexto da Educação Infantil, a inclusão de crianças com TEA nas salas de aula regulares apresenta desafios relacionados ao planejamento pedagógico, à organização do ambiente, à utilização de estratégias adequadas e à formação dos professores. A formação docente constitui, portanto, um aspecto relevante para o desenvolvimento de práticas inclusivas, uma vez que pode contribuir para ampliar os conhecimentos dos profissionais acerca do TEA e favorecer a construção de estratégias pedagógicas que atendam à diversidade presente no ambiente escolar.

Nesse sentido, pesquisas indicam que os professores relatam dificuldades, seja pela falta de preparação adequada durante a graduação ou pela escassez de cursos que ofereçam as ferramentas necessárias para ensinar crianças e jovens com TEA. (Sion; Costa, 2024, p.3)

Considerando os desafios que permeiam o trabalho com crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre o papel da formação continuada na atuação dos professores da Educação Infantil. Os processos formativos podem contribuir para ampliar os conhecimentos dos docentes acerca do TEA, favorecer a reflexão sobre suas práticas e possibilitar a construção de estratégias pedagógicas que considerem as características, necessidades e potencialidades de cada criança.

Embora a literatura apresente discussões sobre educação inclusiva, formação docente e práticas pedagógicas, observa-se a necessidade de ampliar a compreensão sobre a relação entre formação continuada e implementação de práticas inclusivas

especificamente voltadas às crianças com TEA na Educação Infantil. Além disso, parte significativa dos estudos identificados concentra-se em revisões de literatura, pesquisas bibliográficas e documentais, sendo menos frequentes as pesquisas que investigam diretamente as experiências dos professores no cotidiano das instituições de Educação Infantil. Essa característica evidencia uma lacuna na produção científica e reforça a importância de analisar o conhecimento já produzido sobre essa temática.

Diante dos desafios relacionados à inclusão de crianças com TEA no contexto da Educação Infantil, identificados na literatura científica, surge a necessidade de compreender como a formação continuada dos professores se relaciona com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Assim, formula-se a seguinte questão norteadora: “ Como a formação continuada se relaciona com a implementação de práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com TEA na Educação Infantil segundo a literatura científica?” A busca por essa resposta poderá contribuir para ampliar a compreensão sobre os desafios e possibilidades relacionados à formação docente e à implementação de práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil.

A escolha por investigar, a partir da literatura científica, a relação entre formação continuada e práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil justifica-se pela importância dessa etapa no desenvolvimento integral da criança e por constituir o início do processo de escolarização, período em que são construídas importantes experiências de interação, comunicação, socialização e aprendizagem. Nesse contexto, a organização de práticas pedagógicas inclusivas pode favorecer a participação das crianças com TEA nas experiências escolares e contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades.

A relevância desta pesquisa está relacionada à necessidade de compreender os desafios e as possibilidades apontados pela literatura acerca da formação continuada e das práticas pedagógicas inclusivas. Embora a formação docente seja um aspecto importante para a efetivação da inclusão, é necessário considerar também fatores como recursos pedagógicos, condições de trabalho, apoio institucional, acessibilidade e articulação entre escola, família e demais profissionais

Como objetivo geral almejamos analisar, a partir da literatura científica, identificar o estado da arte acerca de impactos gerados pela formação continuada para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com TEA, e como

objetivos específicos, identificar, na literatura científica, as principais práticas e estratégias pedagógicas utilizadas ou recomendadas para o atendimento de estudantes com TEA na educação infantil; analisar, nos estudos selecionados, as principais necessidades e desafios relacionados à formação inicial e continuada de professores para a inclusão de crianças com TEA; compreender, a partir dos estudos analisados, como o planejamento pedagógico inclusivo é abordado no atendimento de crianças com TEA na Educação Infantil.

A inclusão de estudantes com TEA dentro das salas de aulas regulares é de fundamental importância para promover a socialização, comunicação, aprendizagem e desenvolvimento. Porém, a efetivação desse processo depende de diferentes fatores, entre eles a formação dos professores, o planejamento pedagógico, a disponibilidade de recursos e o apoio oferecido pelas instituições de ensino.

Essa pesquisa busca contribuir para a reflexão sobre a educação inclusiva no Brasil, especialmente no que se refere à formação continuada de professores e à implementação de práticas pedagógicas destinadas a crianças com TEA na Educação Infantil. A partir da análise da literatura científica, pretende-se identificar desafios, necessidades e estratégias apontadas pelos estudos, contribuindo para a compreensão da relação entre formação docente e práticas inclusivas e para o fortalecimento de ações pedagógicas mais inclusivas, acessíveis e adequadas às singularidades de cada criança.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva é um conceito que se refere à prática de ensinar crianças com necessidades especiais em salas de aula regulares, ao lado de crianças sem necessidades especiais. A educação inclusiva busca proporcionar a igualdade de oportunidades e a participação de todas as crianças, independentemente de suas habilidades e necessidades.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva, 2007, p.9)

As práticas educativas para crianças com TEA devem ser adaptadas às necessidades individuais de cada criança. E para isso se faz necessário utilizar algumas estratégias: linguagem visual, estrutura, rotina, e apoio individualizado. Essas estratégias são de fundamental importância na educação infantil, nessa etapa a criança desenvolve a base necessária para construção do conhecimento e desenvolvimento. O lúdico, o acesso aos estímulos físicos, cognitivos, sociais e emocionais facilitam as relações interpessoais do aluno e o seu desenvolvimento global.

De acordo com a Lei n.º 13.146/2015, especificamente, a Lei Brasileira de Inclusão, a educação é um direito inalienável da pessoa com deficiência, devendo ser garantida em um sistema educacional inclusivo, contínuo e acessível em todas as etapas da vida. Essa perspectiva dialoga diretamente com os fundamentos da educação inclusiva, que defendem a superação de modelos segregadores e a construção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade humana. A LBI reconhece que o desenvolvimento pleno dos indivíduos passa pelo acesso a ambientes escolares que valorizem suas potencialidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, e que ajustem suas estratégias às diferenças, interesses e ritmos de aprendizagem de cada estudante. Sendo assim, a LBI não apenas estabelece diretrizes, mas também inspira o reconhecimento de que todos têm direito a aprender, pertencer e participar plenamente da vida escolar e social. (Brasil, 2015)

Apesar de a Lei Brasileira de Inclusão ter sido sancionada em 2015, sua efetivação plena ainda está distante da realidade de muitas escolas brasileiras. Isso ocorre porque a implementação de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo não depende apenas da existência da lei, mas de um conjunto de condições que nem sempre estão garantidas.

Ao longo de minha experiência tanto no contexto familiar quanto no ambiente educacional, tenho observado que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) impõe uma série de desafios que ultrapassam os limites da escola e alcançam diretamente o cotidiano das famílias. Para muitos pais, as dificuldades iniciam ainda antes do diagnóstico, marcadas por incertezas, dúvidas e pela busca constante de compreender comportamentos e necessidades específicas de seus filhos. Após o diagnóstico, novas responsabilidades surgem, exigindo reorganização da rotina, acompanhamento especializado e adaptações que favoreçam o desenvolvimento da criança, o que frequentemente gera sobrecarga emocional, insegurança e sentimentos de ansiedade.

Após o diagnóstico, novas demandas emergem, como a necessidade de reorganização da rotina familiar, o acompanhamento terapêutico contínuo e a adaptação a práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento da criança. Tais aspectos podem gerar sobrecarga emocional, insegurança diante do desconhecido e sentimentos de frustração ou ansiedade, sobretudo quando o apoio institucional é insuficiente. (Sion, Costa, P.2, 2024).

No contexto escolar, professores que atuam com crianças com TEA, especialmente na educação infantil enfrentam dificuldades. Entre os principais desafios está a ausência de formação específica, a limitação de recursos pedagógicos e a necessidade de adaptar práticas pedagógicas que atendam as necessidades individuais dos alunos. As exigências de adaptação curricular, o planejamento de atividades diferenciadas e o manejo de comportamentos que demandam atenção individualizada constituem aspectos que ampliam a complexidade do processo de ensino. Em salas numerosas e com estrutura insuficiente, tais dificuldades tornam-se ainda mais evidentes, impactando diretamente a implementação de práticas inclusivas.

Esses desafios, tanto no ambiente familiar quanto escolar, apontam para a necessidade de uma rede de apoio ampliada, que inclua formação continuada para educadores, políticas institucionais de suporte e articulação entre escola, família e serviços especializados. A compreensão dessas dificuldades é essencial para que se construam práticas pedagógicas mais eficazes, sensíveis às particularidades das crianças com TEA e alinhadas aos princípios de uma educação verdadeiramente inclusiva.

Ao relacionar essas experiências com o arcabouço legal brasileiro, fica evidente que as políticas públicas de inclusão representam um elemento essencial para orientar e fortalecer o trabalho docente. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado, assegurando o atendimento educacional especializado preferencialmente na rede regular de ensino. Esse princípio é aprofundado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que reafirma a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e da adoção de estratégias pedagógicas que promovam acessibilidade, participação e aprendizado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um marco importante ao defender que estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, categoria que incluía o TEA e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados em classes comuns e ter garantidas condições de participação plena. Esse documento reafirma que inclusão não significa apenas estar fisicamente na escola, mas ter oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

Observa - se no Decreto Nº 12.686, de 20 de Outubro de 2025 que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva :

A inclusão escolar de estudantes com transtorno do espectro autista (TEA) requer a garantia de condições que possibilitem não apenas o acesso à escola, mas também sua participação, permanência e aprendizagem. Nessa perspectiva, o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, estabelecendo o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades (BRASIL, 2025a, art. 1º). O referido decreto reconhece, ainda, o estudante com transtorno do espectro autista como pessoa com deficiência para fins da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e estabelece que os estudantes público da educação especial tenham o direito de ser incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem (Brasil, 2025a, Art. 1º, §§ 2º E 3º).

Posteriormente, o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, promoveu alterações no Decreto nº 12.686/2025, modificando dispositivos relacionados à implementação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Entre as alterações, destaca-se a nova redação do § 3º do art. 1º, que reforça o direito dos estudantes públicos da educação especial à inclusão em classes e escolas comuns, com os apoios necessários à participação, permanência e aprendizagem. O decreto também ampliou disposições relacionadas ao Atendimento Educacional Especializado, ao Plano Educacional Individualizado (PEI), à atuação dos profissionais de apoio escolar e à formação continuada dos profissionais da educação (Brasil, 2025b). Dessa forma, a legislação evidencia que a efetivação da inclusão escolar pressupõe a organização de práticas educacionais e a oferta de apoios que considerem as necessidades e especificidades dos estudantes com TEA, favorecendo sua participação, permanência, aprendizagem e desenvolvimento no contexto escolar.

A partir das minhas vivências no contexto escolar, compreendo que a inclusão de estudantes com TEA vai além de sua presença na sala de aula. É necessário observar suas necessidades, respeitar seu tempo e suas particularidades e buscar estratégias e recursos que favoreçam sua participação nas atividades e sua interação com os demais. No cotidiano escolar, percebo que pequenas adaptações nas práticas pedagógicas podem contribuir significativamente para que esses estudantes se sintam acolhidos, participem das experiências propostas e tenham maiores possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI nº 13.146/2015) aprofunda esse compromisso ao determinar que as instituições de ensino devem assegurar recursos de acessibilidade, formação docente e adaptações razoáveis, reforçando o compromisso com uma educação de qualidade para todos (Brasil, 2015).

Compreendo, porém, que a existência de políticas consolidadas não significa automaticamente que a inclusão se concretize no cotidiano escolar, especialmente no que diz respeito à formação contínua de professores, as condições reais de trabalho e a articulação entre escola e família.. Para que os direitos sejam efetivados, torna-se essencial refletir sobre as metodologias e práticas pedagógicas que possibilitam a participação ativa e o desenvolvimento das crianças com TEA.

Esses desafios demonstram que o compromisso com a inclusão vai além do cumprimento das leis: envolve sensibilidade, responsabilidade ética e disposição para construir práticas pedagógicas que considerem as singularidades de cada criança com TEA. A análise desse contexto evidencia a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas inclusivas fundamentadas em evidências, capazes de responder às demandas específicas das crianças com TEA e promover seu aprendizado, participação e desenvolvimento integral.

Nesse sentido, De Sousa, Penha, Fernandez, Gonzales, Ávila e Da Silva(2024) apontam que a inclusão depende diretamente da adoção de metodologias que reconheçam a diversidade dos modos de aprender e que favoreçam a participação ativa desses estudantes no ambiente escolar.

As metodologias e estratégias pedagógicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão e da equidade na educação básica. De acordo com Gomes (2011, p. 5), “as práticas pedagógicas inclusivas devem incorporar metodologias que atendam às necessidades de todos os alunos”. Isso implica a utilização de abordagens que considerem a diversidade dos alunos e busquem adaptar o ensino para garantir a participação de todos. (Gomes 2011 APUD De Sousa, Penha, Fernandez, Gonzales, Ávila e Da Silva, 2024, p.5360)

A fala do autor reforça a importância de propostas pedagógicas capazes de promover a equidade, respeitando a singularidade de cada estudante e assegurando que todos tenham acesso ao currículo e ao processo de aprendizagem. Desse modo, o uso de estratégias diversificadas e planejadas se torna indispensável para garantir que a inclusão ocorra não apenas em nível legal, mas também no cotidiano da sala de aula, refletindo um compromisso real com uma educação verdadeiramente democrática e humanizadora.

3 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Este estudo caracteriza - se como uma pesquisa qualitativa descritiva com revisão de literatura para o aprofundamento do fenômeno da formação docente em uma perspectiva inclusiva (Ludke; André, 1986) .

A coleta de informações foi realizada no dia 01 de Julho de 2026 em 3 bases de dados sendo a Scielo, Google acadêmico e o Periódicos CAPES , a busca aconteceu com as seguintes palavras chave : formação ; professores ; educação infantil e inclusão e considerando o período de 2020 a 2026, com a inclusão apenas de artigos publicados na língua portuguesa. Os artigos duplicados foram desconsiderados. O levantamento das informações considerou o título, autoria, objetivo, metodologia, participantes, resultados e conclusão de cada artigo encontrado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na coleta de informações realizada na plataforma do Google acadêmico foram encontrados 8 artigos e nenhum artigo foi excluído, na busca realizada na plataforma Scielo foram encontrados 5 artigos e no Portal de periódicos CAPES ressalta -se que nenhum registro foi encontrado.

Ao analisar os 13 artigos científicos na plataforma Scielo e Google acadêmico observou-se que dois irão abordar as políticas públicas,sendo um voltado para a formação continuada de professores da educação infantil destacando que existe ainda uma dificuldade e que enfrentam desafios no atendimento pleno às especificidades nessa etapa de educação, e outro sobre políticas públicas voltadas para a inclusão escolar de alunos com TEA destacando a dificuldade relacionada ao crescimento de diagnóstico e questionando a formação de professores, onde destaca que as políticas de inclusão precisam ir além da medicalização e diagnóstico, reorganizando as práticas pedagógicas utilizadas para favorecer o desenvolvimento. A análise mostra que três artigos tratam da formação docente demonstrando que muitos docentes, tanto em sua formação inicial quanto continuada, não se sentem suficientemente preparados para trabalhar com alunos da Educação Especial, e observando diferenças em relação à qualidade do ensino, os conteúdos e as formações oferecidas.

Em relação a abordagem metodológica, quanto à distribuição dos tipos de pesquisa, verificou-se predominância de estudos de revisão da literatura. Dos 13 artigos analisados, 7 utilizaram revisão de literatura, sendo 3 revisões integrativas, 3 revisões de literatura ou pesquisas bibliográficas e 1 revisão sistemática. Outros 3 estudos foram classificados como pesquisas bibliográficas e/ou documentais, envolvendo análise de produções acadêmicas, documentos, legislações e registros. Foram identificados ainda 2 estudos caracterizados como pesquisas de campo, que utilizaram instrumentos como entrevistas semiestruturadas e questionários junto a professores e profissionais da Educação Infantil. Por fim, 1 estudo apresentou caráter histórico-documental, analisando fontes históricas relacionadas à formação de professoras no início do século XX. Os dados evidenciam, portanto, uma predominância de pesquisas qualitativas e de revisão da literatura.

Quanto aos participantes verificou que a maioria dos estudos não realizou a pesquisa diretamente com sujeitos, utilizando como fonte de dados artigos científicos, documentos, produções acadêmicas e registros. Entre as pesquisas com participantes humanos foi identificado 9 participantes no estudo sobre formação continuada de professores da Educação Infantil em Santa Maria/RS e 8 professores no estudo sobre docência e educação inclusiva em Campo Grande/MS, totalizando 17 participantes diretos com quantidade informada. No estudo sobre políticas de inclusão e medicalização em Santa Catarina houve acompanhamento de crianças com diagnóstico de TEA e observações em quatro escolas, porém o número de participantes não foi informado.

Os resultados mostram que dois artigos abordam diretamente as políticas públicas, sendo um voltado para a formação continuada de professores da educação infantil destacando que existe ainda desafios no processo inclusivo e no atendimento pleno às especificidades nessa etapa de educação, e outro sobre políticas públicas voltadas para a inclusão escolar de alunos com TEA destacando a dificuldade relacionada ao crescimento de diagnóstico e questionando a formação de professores, onde destaca que as políticas de inclusão precisam ir além da medicalização e diagnóstico, reorganizando as práticas pedagógicas utilizadas para favorecer o desenvolvimento. A análise mostra que três artigos tratam da formação docente demonstrando que muitos docentes, tanto em sua formação inicial quanto continuada, não se sentem suficientemente preparados para trabalhar com alunos públicos da

Educação Especial, e observando diferenças em relação à qualidade do ensino, os conteúdos e as formações oferecidas.

Em geral observa-se que a formação docente é um dos principais desafios para efetivação da inclusão, os professores frequentemente relatam a falta de formação específica ou formação continuada, em relação às práticas pedagógicas é visto que a inclusão exige práticas planejadas e diversificadas, capazes de garantir participação, aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças e a simples matrícula ou frequência não garante inclusão, é necessário garantir participação efetiva nas atividades escolares.

Dentre os obstáculos presentes a falta de materiais acessíveis, recursos pedagógicos dificultam o trabalho do professor em sala de aula. A efetivação da inclusão necessita de mudanças nas práticas pedagógicas inclusivas para garantir que as crianças não apenas frequentem a escola mas que haja efetivação da participação, aprendizagem e desenvolvimento. Em relação ao artigo que trata sobre a medicalização ressalta que o estudo sobre TEA alerta para o risco de interpretar dificuldades escolares predominantemente como problemas médicos, em vez de considerar mudanças pedagógicas e institucionais.

Os estudos de revisão identificaram ainda a necessidade de ampliar as práticas educativas inclusivas e garantir que as crianças tenham não apenas acesso à escola, mas efetiva participação, aprendizagem e desenvolvimento. Os 13 artigos ressaltam que a Educação infantil é uma etapa fundamental para o desenvolvimento social, cognitivo e emocional das crianças e portanto para a construção de práticas inclusivas desde os primeiros anos de vida das crianças, porém que ainda existem muitos obstáculos em relação à formação docente e continuada, e é necessário aprimorar as políticas públicas para desenvolver práticas pedagógicas que valorizem e potencializam a participação das crianças.

Os dados evidenciam que a produção científica sobre inclusão na Educação Infantil tem se concentrado principalmente em estudos teóricos, revisões de literatura, análise documental e políticas públicas, enquanto são menos frequentes as pesquisas realizadas diretamente nas instituições de ensino e com os profissionais que vivenciam esse processo.

Essa lacuna é relevante, considerando que os professores enfrentam cotidianamente diferentes dificuldades para efetivar a inclusão, relacionadas à formação profissional, aos recursos pedagógicos, à acessibilidade e às condições de trabalho. Nesse sentido, ouvir os professores e conhecer suas experiências e percepções pode contribuir para uma compreensão mais próxima da realidade escolar. Embora os estudos teóricos e de revisão sejam fundamentais, a ampliação de pesquisas empíricas permite compreender como as políticas e os princípios da inclusão se concretizam ou não no cotidiano das instituições de Educação Infantil, contribuindo para identificar obstáculos e possibilidades a partir da perspectiva dos próprios profissionais envolvidos.

Essa informação merece atenção principalmente porque são os professores que ocupam uma posição central na efetivação das práticas inclusivas, são eles que diariamente atuam no planejamento das atividades, organização dos espaços, estabelecem relações com as crianças e buscam responder a diferentes necessidades apresentadas em sala de aula. Nos estudos onde esses profissionais foram ouvidos apareceram dificuldades relacionadas à formação, recursos, à infraestrutura, condições de trabalho, apoio institucional e estratégias pedagógicas que são capazes de atender as necessidades e diversidades das crianças.

Nesse sentido o artigo de Zottis e Mello (2025) realizado com professoras da educação infantil e uma representante da secretaria municipal de educação, evidencia que a formação continuada é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento profissional, já o artigo de Brostolin e Souza (2023) identificaram, a partir das falas de professores, que o reconhecimento da importância da inclusão não significa necessariamente que esses profissionais se sintam preparados para efetivá-la. Os resultados apontam dificuldades relacionadas à formação, aos recursos disponíveis, às condições de trabalho e ao apoio institucional.

Esses dados nos permitem compreender que a existência de políticas públicas e o reconhecimento legal do direito à inclusão não garantem por si só sua efetivação no ambiente escolar. Existe uma grande diferença entre investigar documentos oficiais e aquilo que realmente acontece nas instituições de ensino. Por isso investigar diretamente a realidade dos professores é importante para entender como as políticas e orientações são interpretadas, implementadas e vivenciadas no cotidiano.

Desse modo, ampliar as pesquisas não significa desconsiderar a produção teórica existente, mas complementá-la a partir da realidade concreta das instituições de Educação Infantil. Ao realizar a aproximação com os profissionais é possível identificar quais obstáculos permanecem presentes no cotidiano escolar, quais estratégias estão sendo utilizadas, quais os conhecimentos considerados e o que deve ser modificado para que as políticas de inclusão possam ser concretizadas.

Portanto, os resultados deste levantamento indicam que a inclusão na Educação Infantil constitui um processo que envolve múltiplas dimensões: formação docente, práticas pedagógicas, acessibilidade, recursos, infraestrutura, políticas públicas, participação da família e organização institucional.

Observa - se que, embora existam avanços importantes, permanecem desafios que precisam ser compreendidos a partir da realidade das instituições e das experiências dos sujeitos que participam diretamente desse processo. Nesse sentido, investigar e ouvir os professores apresenta-se como uma possibilidade relevante para ampliar a compreensão sobre os obstáculos e as possibilidades da inclusão na Educação Infantil, aproximando a produção científica da realidade vivenciada no cotidiano escolar.

No quadros abaixo apresenta - se este levantamento de informações realizado, de forma que, no quadro 1 apresenta-se o levantamento de artigos encontrados na plataforma Scielo e no quadro 2 apresenta -se o levantamento de artigos encontrados na plataforma Google acadêmico

Quadro 1 - Levantamento de artigos encontrados na plataforma Scielo

título	autores	objetivo	metodologia	participantes	resultados	conclusão
O liceu feminino de Anália Franco e a formação de professoras para as casas maternais no início do século XX	<u>Regina Lucia Silveira Martins</u> Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ, Brasil <u>Jefferson da Costa Soares</u> Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.	Trata-se de um curso de formação de professoras, voltado para a educação infantil, para atender a creches e casas maternais espalhadas pelo estado na primeira década republicana	A metodologia utilizada foi a análise documental de fontes como anúncios publicados em periódicos da época, impressos, o livro de memórias de uma ex-aluna, dentre outros.	Os autores realizaram uma pesquisa documental, analisando documentos históricos relacionados ao Liceu e à atuação de Anália Franco. livro de memórias de uma ex-aluna, dentre outros.	Os resultados da pesquisa evidenciam que o Liceu Feminino de Anália Franco constituiu uma experiência pioneira na formação de professoras para a educação infantil no início do século XX. A instituição buscou atender à necessidade de profissionais qualificados para atuar nas creches e casas maternais, contribuindo para a inclusão da educação das crianças pequenas no campo pedagógico. A pesquisa também identificou dificuldades relacionadas à formação, permanência e disponibilidade de professoras, levando Anália Franco a desenvolver estratégias para manter e ampliar essa experiência educativa	A pesquisa conclui que o Liceu Feminino de Anália Franco desempenhou um papel importante e pioneiro na formação de professoras para as creches e casas maternais no início do século XX. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que essa formação enfrentou dificuldades, especialmente relacionadas à permanência das alunas e à necessidade de profissionais qualificados para atender à expansão das instituições.
Políticas públicas e a formação continuada de professores/as da Educação Infantil no município de Santa Maria/RS: conquistas e impasses	<u>Bruna Lara Zottis</u> Rede Municipal de Educação, Santa Maria, RS, Brasil. <u>Débora Teixeira de Mello</u> Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS	Como o município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, vem articulando as políticas públicas de formação continuada dos/as professores/as da Educação Infantil.	Optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, por se tratar de um município/ rede municipal de Santa Maria/RS.	8 professoras da Educação Infantil da rede municipal de ensino de Santa Maria/RS, que responderam a um questionário on-line. 1 integrante da Secretaria Municipal de Educação (SMED), responsável pela coordenação da Educação Infantil	A formação continuada é reconhecida como fundamental para o desenvolvimento profissional dos docentes da Educação Infantil. No entanto, as políticas analisadas ainda enfrentam desafios para atender plenamente às especificidades dessa etapa da educação, exigindo maior alinhamento entre as propostas formativas e as necessidades dos professores e das crianças.	O estudo conclui que, apesar das conquistas na oferta de formação continuada, ainda existem desafios para que as políticas públicas atendam plenamente às especificidades da Educação Infantil. Assim, é fundamental fortalecer políticas permanentes, contextualizadas e alinhadas às necessidades dos professores e das crianças.)

				(descrita no resumo como a secretária municipal de Educação), que participou de uma entrevista semiestruturada		
Defectologia De Vygotsky, Políticas De Inclusão De Santa Catarina e Os Desafios Da Medicalização Infantil	<u>Luciane Schlindwein</u> schoolUnivesidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil <u>Marilene Proença</u> schoolUnivesidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil; <u>Olivia Milléo</u> schoolUnivesidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil	Analisar as políticas públicas de inclusão escolar para crianças com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) no estado de Santa Catarina, à luz da defectologia de Vygotski, discutindo os desafios relacionados ao crescimento dos diagnósticos, à formação de professores, à organização da escola e à medicalização infantil.	Abordagem: qualitativa e documental.	O estudo não contou com participantes individuais (como entrevistas ou questionários). Os dados foram produzidos a partir de: acompanhamento de crianças com diagnóstico de TEA; observações em 1 escola de Educação Infantil e 3 escolas de Ensino Fundamental de diferentes municípios de Santa Catarina; análise de documentos e dados estatísticos da FCEE.	Houve um crescimento expressivo dos diagnósticos de TEA nas escolas; A formação dos professores para a educação inclusiva ainda é fragmentada e insuficiente; Ainda existem dificuldades na organização escolar e no atendimento educacional especializado; A medicalização tem sido utilizada com frequência como resposta às dificuldades escolares, em situações que poderiam ser enfrentadas por meio de mudanças nas práticas pedagógicas e na organização da escola.	O artigo conclui que as políticas de inclusão precisam ir além do diagnóstico e da medicalização. Com base na defectologia de Vygotski, os autores defendem uma escola inclusiva que valorize as potencialidades das crianças, invista na formação continuada dos professores e reorganize as práticas pedagógicas para favorecer o desenvolvimento humano, evitando que dificuldades escolares sejam tratadas predominantemente como problemas médicos
Materiais Acessíveis para o Ensino	<u>Felipe Siqueira Minholi</u> Santo	Reunir e sistematizar, por meio de	Tipo de pesquisa: qualitativa, de caráter	26 estudos (artigos, dissertações e	A produção de materiais acessíveis para o ensino de Matemática ainda é reduzida. A maioria dos estudos concentra-se nos anos finais do Ensino Fundamental e	Os autores concluem que é necessário ampliar a produção e a divulgação de materiais acessíveis

de Matemática para Educandos com deficiência visual: uma revisão de literatura	André/São Paulo/Brasil. <u>Luiz Renato Martins da Rocha</u> Santo André/São Paulo/Brasil.	uma revisão de literatura, os materiais acessíveis utilizados no ensino de Matemática para educandos com deficiência visual, a fim de auxiliar professores no planejamento de aulas mais acessíveis e inclusivas. Como objetivo secundário, os autores buscaram organizar esses materiais em uma plataforma digital destinada a docentes da Educação Básica.	bibliográfico (revisão de literatura).	teses) publicados entre 2012 e 2022, que abordaram materiais acessíveis para o ensino de Matemática a educandos com deficiência visual.	no Ensino Médio. Os conteúdos mais abordados são Geometria e Álgebra. Há escassez de materiais destinados à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Também foi identificada pouca produção voltada para outras unidades temáticas da Matemática, indicando lacunas na literatura e na prática pedagógica.	para o ensino de Matemática destinados a estudantes com deficiência visual. Destacam a importância de desenvolver recursos que contemplem todas as etapas da Educação Básica e diferentes conteúdos matemáticos, contribuindo para uma educação mais inclusiva e alinhada aos princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA).
a Docência Na Educação Infantil: Pontos E Contrapontos De Uma Educação Inclusiva	<u>Marta Regina Brostolin</u> Universidade Católica Dom Bosco – Programa de Pós-Graduação em Educação –	Analisar a concepção de inclusão dos professores da Educação Infantil e compreender as implicações dessa	Tipo de pesquisa: qualitativa. Contexto: recorte de uma pesquisa de doutorado realizada em sete Escolas Municipais de Educação Infantil	8 professores da Educação Infantil de sete EMEIs da rede municipal de Campo Grande (MS), participantes das entrevistas semiestruturadas.	Os professores reconhecem a importância da inclusão, mas a compreendem principalmente como a presença da criança com deficiência na escola; A maioria não percebe a inclusão como um processo coletivo que depende de políticas institucionais, condições de trabalho, infraestrutura adequada e formação continuada; Foram apontadas dificuldades relacionadas à falta de formação específica, escassez de recursos pedagógicos, turmas numerosas e pouco apoio institucional;	As autoras concluem que a efetivação da educação inclusiva exige mais do que a matrícula da criança com deficiência. É necessário investir em formação continuada, melhores condições de trabalho, infraestrutura adequada e ações coletivas envolvendo toda a comunidade escolar. Defendem ainda

	Campo Grande (MS) Brasil. <u>Tania Maria Filiu de Souza</u> Universidade Católica Dom Bosco – Curso de Pedagogia – Campo Grande (MS), Brasil.	concepção para o trabalho pedagógico com crianças com deficiência na perspectiva da educação inclusiva.	(EMEIs) de Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Procedimentos de coleta de dados: entrevistas semiestruturadas com os professores; pesquisa documental, com análise de legislações e documentos sobre Educação Infantil, Educação Especial e formação de professores			a ampliação do debate e de políticas que fortaleçam a inclusão na Educação Infantil.
--	--	--	---	--	--	---

Quadro 2 - Levantamento de artigos encontrados na plataforma Google acadêmico

título	autoria	objetivos	metodologia	participantes	resultados	conclusão
Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa	Raphaella Duarte Cavalcante Lopes ¹ http://orcid.org/0000-0001-7705-0637 Débora Alfaia da Cunha ² http://orcid.org/0000-0001-9134-3858 Silvany Ellen Risuenho Brasil ³ http://orcid.org/0000-0002-1202-8014 Karla Cristina Furtado Nina ⁴ http://orcid.org/0000-0001-5279-9238 Simone Souza da Costa Silva ⁵ http://orcid.org/0000-0003-0795-2998	Analisar a produção científica brasileira sobre a formação docente para a inclusão escolar de alunos público da Educação Especial, identificando as principais características das pesquisas, os desafios encontrados e as contribuições para a formação de professores.	Tipo de pesquisa: revisão integrativa da literatura. Base de dados: Portal de Periódicos da CAPES.	A unidade de análise foi composta por: 29 artigos científicos sobre formação docente e inclusão escolar. A maior parte desses estudos investigou professores da Educação Básica, especialmente docentes das salas comuns, concentrando-se principalmente na Região Sudeste do Brasil.	A maioria das pesquisas foi desenvolvida na Educação Básica e com professores de salas comuns; muitos professores, tanto em formação inicial quanto continuada, não se sentem preparados para atuar com alunos público da Educação Especial; As formações oferecidas apresentam grande variação em qualidade, carga horária e conteúdos; a colaboração entre professores do ensino comum, profissionais da Educação Especial e demais membros da escola foi apontada como uma estratégia importante para favorecer a inclusão escolar.	Os autores concluem que ainda existem lacunas significativas na formação docente para a educação inclusiva. Defendem que a legislação estabeleça conteúdos mínimos e carga horária específica para a formação sobre inclusão escolar, além de ampliar pesquisas em regiões menos estudadas, como a Região Norte, e fortalecer investimentos na formação inicial e continuada dos professores, visando melhorar a qualidade da inclusão e do ensino oferecido aos alunos público da Educação Especial
Formação docente e tecnologias educacionais uma revisão de literatura sobre inclusão, inovação e práticas educativas da educação infantil ao ensino médio	Simone Lopes de Sousa Ribeiro, Micael Campos da Silva, Ellen Cristina Boaratti Santiago, Klevison Calixto Viegas, Klaus Kartanas	Investigar, por meio de uma revisão de literatura, as práticas de formação docente e os impactos das	Tipo de pesquisa: bibliográfica, de natureza qualitativa. Procedimento: análise crítica de publicações e acadêmicas e	A análise foi composta por publicações científicas e documentos relacionados à formação docente, tecnologias educacionais, inclusão e práticas pedagógicas na Educação Infantil,	A formação continuada é fundamental para que os professores utilizem as tecnologias educacionais de forma eficaz; o uso planejado das tecnologias favorece práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas; metodologias ativas, como a aprendizagem baseada em projetos,	Os autores concluem que a formação docente deve ser contínua, interdisciplinar e alinhada às demandas tecnológicas contemporâneas. A integração das tecnologias educacionais fortalece práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, mas sua efetividade

	Palhas, Cintia Máximo de Souza, Francisco Pereira de Andrade, Marcelo Rodrigues Tenório, Tiago Fernandes Cerqueira Lima.	tecnologias educacionais na promoção da inclusão, da inovação pedagógica e das práticas educativas, abrangendo da Educação Infantil ao Ensino Médio. O estudo busca compreender como essas tecnologias podem potencializar o ensino e favorecer uma educação mais inclusiva	documentos científicos sobre formação docente, tecnologias educacionais, inclusão, metodologias ativas e inovação pedagógica.	Ensino Fundamental e Ensino Médio.	contribuem para aumentar o protagonismo dos estudantes; as tecnologias podem ampliar a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas quando integradas ao planejamento pedagógico; persistem desafios, como desigualdade no acesso às tecnologias, necessidade de maior capacitação docente e infraestrutura insuficiente em algumas instituições de ensino.	depende de investimentos em formação inicial e continuada, infraestrutura e políticas educacionais que promovam a inclusão digital. O estudo também aponta a necessidade de novas pesquisas empíricas para avaliar o impacto dessas tecnologias em diferentes contextos educacionais.
Desafios e perspectivas da inclusão escolar na educação infantil	Francisco Renato Silva Ferreira Maria Gracielle de Sousa Gomes Pereira Rafaela Gonçalves Rodrigues José Carlos Pereira Maria Aparecida Esmeraldo Martins Maria Francineide Macêdo Landim Samya de Oliveira Lima Hedgard Rodrigues da Silva Marlene Menezes de Souza Teixeira	Analisar os desafios e as perspectivas da inclusão escolar na Educação Infantil, destacando a importância da inclusão de crianças com deficiência para seu desenvolvimento cognitivo, social e emocional. O estudo também busca colaborar	Tipo de pesquisa: exploratória e descritiva. Abordagem: qualitativa. Procedimentos: pesquisa bibliográfica, baseada em livros, artigos científicos, periódicos e documentos legais, além da organização de dados secundários obtidos em fontes	A análise foi realizada a partir de literatura científica; legislações sobre educação inclusiva; documentos oficiais e publicações relacionadas à Educação Infantil e à inclusão escolar	A inclusão na Educação Infantil traz benefícios para o desenvolvimento integral das crianças com deficiência; o professor exerce papel fundamental no processo inclusivo, especialmente por meio de relações de afeto, acolhimento e mediação pedagógica; persistem desafios como: falta de formação específica dos professores; insuficiência de recursos pedagógicos e estruturais; necessidade de maior participação da família; dificuldades na implementação das políticas públicas de inclusão; Apesar desses desafios, observa-se avanço na legislação e maior conscientização sobre o direito à educação inclusiva.	conclui que a inclusão escolar na Educação Infantil depende do compromisso conjunto entre escola, professores, famílias e poder público. Defende investimentos em formação continuada, melhoria das condições de trabalho docente, adequação da infraestrutura escolar e fortalecimento das políticas públicas para garantir uma educação inclusiva de qualidade desde os primeiros anos de escolarização.

		com os profissionais da Educação Infantil na identificação de estratégias que favoreçam uma inclusão efetiva de crianças de até cinco anos de idade.	especializadas. Não houve pesquisa de campo.			
Inclusão de ontem e de hoje : percursos da Educação Especial na Educação Infantil	- Adriana da Paz Lacerda Universidade Del Sol – PY - Ronize Junqueira Rodrigues Universidade Del Sol – PY	Analisar o percurso histórico da Educação Especial na Educação Infantil, discutindo as transformações ocorridas nas concepções de inclusão, desde práticas de segregação e atendimento separado até a perspectiva atual de educação inclusiva, que defende o direito de todas as crianças à participação e aprendizagem no ensino regular.	Tipo de pesquisa: qualitativa. Procedimento: pesquisa bibliográfica e documental. Análise: estudo de produções acadêmicas, legislações e documentos oficiais relacionados à Educação Especial e à Educação Infantil.	Não houve participantes diretos, A análise foi realizada a partir de documentos legais da Educação Especial; políticas públicas de inclusão; estudos e pesquisas sobre Educação Infantil e atendimento às crianças com deficiência.	O estudo aponta que a Educação Especial passou por diferentes momentos históricos: exclusão, segregação, integração e inclusão; houve avanços importantes nas políticas educacionais, garantindo o direito das crianças com deficiência de frequentarem a escola regular; a Educação Infantil é considerada uma etapa fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois possibilita experiências de interação, aprendizagem e participação social; ainda existem desafios, como: necessidade de maior formação dos professores; falta de recursos e adaptações adequadas; dificuldades na efetivação das políticas inclusivas no cotidiano escolar; necessidade de superar práticas baseadas apenas no diagnóstico da deficiência.	O texto conclui que a inclusão na Educação Infantil é resultado de um processo histórico de lutas e mudanças nas políticas educacionais. Apesar dos avanços conquistados, a inclusão plena ainda depende de investimentos em formação docente, estrutura escolar adequada e práticas pedagógicas que valorizem as potencialidades de cada criança. A Educação Especial deve ser compreendida como um direito, garantindo participação, aprendizagem e desenvolvimento de todas as crianças.
Inclusão de crianças com deficiência na educação infantil:	Evaldo Batista Mariano Júnior	Analisar a produção científica sobre a	Tipo de pesquisa: revisão	Artigos científicos selecionados sobre a inclusão de crianças	A inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil tem avançado devido às políticas públicas e ao	O estudo conclui que a inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil é um processo

revisão sistemática da literatura		inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil, identificando as principais discussões, avanços, desafios e práticas desenvolvidas para garantir a participação e o desenvolvimento dessas crianças no ambiente escolar.	sistemática da literatura. Abordagem: qualitativa. Procedimentos: levantamento, seleção e análise de artigos científicos relacionados à inclusão de crianças com deficiência na Educação Infantil.	com deficiência na Educação Infantil; As pesquisas que abordam práticas pedagógicas, políticas de inclusão e formação de professores.	reconhecimento do direito à educação para todos; a presença da criança com deficiência na escola regular favorece seu desenvolvimento social, cognitivo e emocional; ainda existem desafios, como: falta de formação continuada dos professores; dificuldades para adaptar práticas pedagógicas; ausência de recursos materiais e acessibilidade adequada; necessidade de maior articulação entre escola, família e profissionais especializados;	em construção, que exige mudanças nas práticas escolares e maior investimento em políticas públicas. Destaca-se a importância da formação docente, da organização de ambientes acessíveis e de uma pedagogia que reconheça as diferenças como parte do processo educativo.
Práticas educativas inclusivas na educação infantil: uma revisão integrativa de literatura	Amanda Gabriele Cruz CARVALHO ³ http://orcid.org/0000-0002-9481-8297 Andréia SCHMIDT ⁴ http://orcid.org/0000-0002-8836-6618	Analisar, na literatura científica, práticas educativas inclusivas voltadas à Educação Infantil que apresentassem evidências de efetividade e/ou eficácia. Objetivos específicos: Identificar práticas educativas inclusivas utilizadas na	Foi realizada uma revisão integrativa de literatura. As autoras pesquisaram quatro bases de dados: SciELO; PsycINFO; ERIC; Web of Science (WoS).	Os participantes pertenciam aos nove estudos analisados. Essas pesquisas envolveram principalmente crianças da Educação Infantil, incluindo crianças com: atrasos ou transtornos do desenvolvimento; transtornos emocionais e comportamentais; atrasos de linguagem; Transtorno do Espectro Autista (TEA); vulnerabilidade socioeconômica. Também havia estudos que incluíam crianças com e sem deficiência ou dificuldades,	As autoras identificaram 23 práticas educativas inclusivas com indícios de efetividade. Os resultados indicaram que práticas aparentemente simples podem favorecer a participação e a aprendizagem das crianças, especialmente quando são utilizadas de maneira planejada e sistemática.	A inclusão na Educação Infantil pode ser favorecida por práticas pedagógicas que fazem parte do cotidiano do professor. Não se trata apenas de colocar a criança com deficiência na sala regular, mas de organizar as atividades para que ela tenha oportunidades reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

		Educação Infantil; Descrever essas práticas; Discutir sua relevância para a atuação dos professores em sala de aula; Verificar práticas que possam favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento de crianças público-alvo da Educação Especial.		permitindo analisar práticas inclusivas no contexto das turmas regulares.		
--	--	---	--	---	--	--

O projeto político pedagógico (ppp) e o processo de inclusão na educação infantil: uma revisão integrativa	Ana Grete Alves dos Santos Faculdade Venda Nova do Imigrante FAVENI Cícera Estefane Gomes de Macedo PROMINAS Claudete Almeida Agra Universidade Salgado de Oliveira Edilson Raniere Gonçalves Pereira Universidade Cândido Mendes Edileuza Almeida Agra Universidade Estadual de Pernambuco	O objetivo geral do artigo é compreender a importância da educação inclusiva e do Projeto Político Pedagógico (PPP) no contexto da Educação Infantil.	Trata-se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Para tanto foi desenvolvida uma revisão integrativa da literatura, realizada busca eletrônica de artigos na Biblioteca Virtual em Saúde e utilizou-se dos estudos, que atenderam a temática, ao objetivo proposto e aos critérios adotados para seleção, oriundos da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Scientific Electronic Library Online (SCIELO) sobre o tema “O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o processo de inclusão na Educação Infantil: uma revisão integrativa”	Participantes: não se aplica, pois o estudo é uma revisão integrativa da literatura. Foram analisados artigos científicos sobre PPP e inclusão na Educação Infantil.	O principal resultado encontrado foi a importância do PPP como instrumento para orientar e fortalecer as práticas inclusivas na escola.	Os autores concluem que é fundamental ampliar o debate sobre inclusão dentro da escola e garantir que essas questões estejam presentes no Projeto Político Pedagógico. a gestão democrática é fundamental para a elaboração do PPP, porquanto contempla a realidade da escola, retrata a visão de integralidade e a reflexão acerca do processo de inclusão, ainda sobre a necessidade de reconstrução e do reconhecimento das diferenças e das práticas pedagógicas pautadas em novas estratégias educacionais a fim de promover uma educação inclusiva dentro das instituições de educação infantil.
---	--	--	--	---	--	---

Educação Infantil E Processos De In/Exclusão: Uma Revisão De Literatura	Lisiane Oliveira da SILVA² Helena Venites SARDAGNA³	O objetivo do estudo é analisar o que a literatura acadêmica apresenta sobre os processos de inclusão e exclusão na Educação Infantil, buscando compreender como esses processos são produzidos no cotidiano educacional.	O presente artigo propõe analisar as pesquisas que versam sobre os processos de in/exclusão na Educação Infantil, utilizando como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica do tipo revisão de literatura.	Participantes: não se aplica. Foram analisadas produções acadêmicas encontradas na revisão de literatura.	Os resultados apontam que os processos de inclusão e exclusão estão presentes de maneira articulada na Educação Infantil. Um ponto importante é que estar matriculada e frequentar a escola não significa, automaticamente, estar plenamente incluída. A criança pode estar presente no espaço escolar, mas encontrar barreiras relacionadas às práticas pedagógicas, às formas de organização da escola, às concepções sobre diferença e às formas de participação.	A inclusão deve ir além da matrícula e da presença física. É necessário repensar práticas pedagógicas e a organização escolar para garantir a participação e o desenvolvimento de todas as crianças. Assim, o estudo reforça a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e as formas de organização da Educação Infantil, evitando práticas que, mesmo com a intenção de incluir, possam produzir novas formas de exclusão.
--	--	--	---	--	--	--

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo identificar como a formação continuada impacta na implementação de práticas pedagógicas inclusivas com estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), buscando descrever as estratégias utilizadas pelos professores, analisar suas necessidades de formação e compreender como ocorre o planejamento de práticas inclusivas na Educação Infantil. A partir dos estudos selecionados foi possível perceber que a inclusão de crianças com TEA constitui um processo que não se limita à garantia do acesso e da matrícula na escola regular, mas envolve condições eficazes para que haja sua participação, aprendizagem, interação e desenvolvimento.

Os resultados mostraram que a formação docente constitui um dos principais desafios para a efetivação da educação inclusiva. Os artigos analisados apontam que muitos professores não se sentem preparados para atender às necessidades educacionais das crianças que são público alvo da educação especial e destacam dificuldades relacionadas à formação inicial e a formação continuada. Também foi identificado desafios relacionados à insuficiência de recursos e materiais pedagógicos, infraestrutura, apoio institucional e articulação entre os diferentes profissionais envolvidos no processo educativo.

Nesse sentido, a formação continuada se apresenta como fundamental para fortalecimento da atuação docente e especialmente quando desenvolvida de maneira permanente, contextualizada, articulada para atender as necessidades encontradas pelos professores no cotidiano escolar. De acordo com os estudos analisados, não adianta oferecer formações de caráter geral ou pontual, é necessário que os processos formativos possibilitem aos professores relacionar conhecimentos teóricos às situações vivenciadas na sala de aula, reflexão sobre suas práticas e conhecimento sobre as diferentes estratégias pedagógicas para conseguir construir possibilidades de intervenção.

A literatura analisada demonstra que a inclusão não pode ser compreendida apenas como a presença física da criança com TEA na sala de aula regular. A efetivação da inclusão pressupõe a organização de práticas pedagógicas que possibilitem a participação da criança nas experiências propostas, respeitando suas singularidades, seu ritmo de aprendizagem, suas formas de comunicação e suas potencialidades. Portanto, estratégias como organização da rotina, diversidade das metodologias, utilização de

recursos visuais, adaptação das atividades, mediação pedagógica e planejamento individualizado aparecem como possibilidades importantes para favorecer a participação e a aprendizagem.

Outro aspecto relevante identificado na pesquisa refere-se à distância existente entre o que está estabelecido nas políticas públicas e aquilo que efetivamente ocorre nas instituições de Educação Infantil. Embora tenhamos no Brasil um conjunto de documentos legais que asseguram o direito à educação inclusiva, sua concretização depende de condições materiais, pedagógicas e humanas para que esses direitos se tornem práticas cotidianas. Desse modo, a existência da legislação constitui uma condição necessária, mas não suficiente para garantir uma inclusão efetiva.

A análise dos 13 artigos selecionados também permitiu identificar uma predominância de estudos de revisão da literatura, pesquisas bibliográficas e documentais, enquanto foram encontrados poucos estudos realizados diretamente nas instituições de Educação Infantil com professores e outros sujeitos envolvidos no processo inclusivo. Esse resultado constitui um dos principais achados deste levantamento, pois evidencia uma lacuna na produção científica relacionada à investigação da realidade vivenciada pelos profissionais no cotidiano das instituições.

Essa lacuna se torna significativa principalmente quando se considera que os professores são os sujeitos que vivenciam diariamente os desafios relacionados ao planejamento, à adaptação das atividades, à organização da rotina, à interação entre as crianças e ao atendimento das diferentes necessidades presentes na sala de aula. Nos estudos em que esses profissionais foram diretamente ouvidos, foram identificadas dificuldades relacionadas à formação, aos recursos pedagógicos, às condições de trabalho, à infraestrutura e ao apoio institucional. Assim, compreender suas experiências, percepções e necessidades pode contribuir para aproximar a produção científica da realidade concreta da Educação Infantil.

Dessa maneira, os resultados não indicam que a produção teórica existente seja insuficiente ou desnecessária. Pelo contrário, as revisões de literatura, pesquisas bibliográficas e documentais analisadas são fundamentais para compreender os conceitos, as políticas públicas, os avanços históricos, os desafios e as estratégias relacionadas à educação inclusiva. Entretanto, a ampliação de pesquisas empíricas torna-se necessária para compreender como esses conhecimentos são apropriados e utilizados pelos professores no cotidiano escolar. É justamente nessa aproximação entre

teoria e prática que podem ser identificados obstáculos e possibilidades que nem sempre aparecem em estudos exclusivamente bibliográficos e documentais.

No que se refere especificamente às crianças com TEA, os estudos analisados reforçam que as práticas inclusivas devem superar uma perspectiva centrada exclusivamente no diagnóstico. As características do estudante não devem determinar, isoladamente, suas possibilidades de aprendizagem e participação. É necessário considerar as características individuais de cada criança, suas potencialidades, formas de comunicação, interesses e necessidades, bem como as barreiras presentes no ambiente escolar. Assim, a responsabilidade pela inclusão não deve ser atribuída exclusivamente ao professor, mas compartilhada entre escola, gestão, profissionais especializados, família e poder público.

Compreende-se que a formação continuada pode contribuir significativamente para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, principalmente quando está articulada às necessidades reais dos professores e às características das instituições em que atuam. No entanto, a formação por si só não resolve todos os desafios identificados, é necessário associar a formação docente à melhoria das condições de trabalho, a disponibilidade de recursos e a articulação entre diferentes profissionais e a família para que as práticas inclusivas sejam efetivadas.

Destaca-se que este estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura, considerando artigos publicados em língua portuguesa e localizados nas bases de dados selecionadas, no período de 2020 a 2026. Dessa forma, os resultados refletem o conjunto de produções localizadas a partir dos critérios estabelecidos e não permitem generalizar as conclusões para todas as realidades da Educação Infantil. Além disso, a predominância de estudos teóricos, bibliográficos e documentais limita a compreensão das experiências concretas vivenciadas pelos professores no cotidiano escolar. Essa limitação, entretanto, também evidencia uma possibilidade de continuidade da investigação por meio de pesquisas de campo que envolvam diretamente esses profissionais.

De acordo com os estudos analisados é possível perceber quais as dificuldades encontradas para a implementação de práticas pedagógicas dentro das instituições escolares, mas não diretamente descreve quais são as práticas e estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores com estudantes com TEA. De certo modo relatam o problema, mas não descrevem maneiras de solucioná-los.

Nesse sentido, sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas diretamente nas instituições de Educação Infantil, envolvendo professores que atuam com crianças com TEA, de modo a compreender suas experiências, dificuldades, estratégias pedagógicas e necessidades de formação continuada. Identificando as possibilidades dos processos de ensino e aprendizagem. Investigações dessa natureza poderão contribuir para aproximar os conhecimentos produzidos pela literatura da realidade concreta das escolas e subsidiar propostas formativas mais contextualizadas e coerentes com as demandas dos profissionais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2025. Texto atualizado no Planalto. Acesso em: 01 jul. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto n.º 12.686, de 20 de outubro de 2025. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 dez. 2025. Disponível em: planalto.gov.br. Acesso em: 1 Jul. 2026.

BROSTOLIN, Marta Regina; SOUZA, Tânia Maria Filiu de. A docência na educação infantil: pontos e contrapontos de uma educação inclusiva. **Cadernos Cedes**, v. 43, n. 119, p. 52-62, 2023.

DE SOUSA, José Rubens Rodrigues; PENHA, Maria Cleonice Santos de Melo; FERNANDES, Arlete Baudson Rodrigues; GONZALES, Anderson; ÁVILA, Ana Cristina Ferrari; DA SILVA, Éverton Marques. Políticas de Inclusão e Equidade na Educação Básica. **ARACÊ**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 5355–5366, 2024.

DOS SANTOS, Ana Grete Alves et al. O projeto político pedagógico (ppp) e o processo de inclusão na educação infantil: uma revisão integrativa. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 8, p. 1189-1203, 2022.

FERREIRA, Francisco Renato Silva *et al.* Desafios e perspectivas da inclusão escolar na educação infantil. *In: Educação Infantil: cuidar, educar e brincar*. Curitiba: Aurum Editora, 2026. p. 129-149. Disponível em: <https://doi.org/10.63330/aurumpub.047-010>.

JÚNIOR, Evaldo Batista Mariano. Inclusão de crianças com deficiência na educação infantil: revisão sistemática da literatura. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 2025. **Anais [...]**. [S. l.]: Anais Eventos, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56238/CONEDUCA-121>. Acesso em: 4 ago. 2026.

LACERDA, A. da P. .; RODRIGUES , R. J. . Inclusão de ontem e de hoje: percursos da Educação Especial na Educação Infantil. **Revista Científica FESA**, [S. l.], v. 3, n. 25, p. 159–174, 2025. DOI: 10.56069/2676-0428.2025.565. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/565>. Acesso em: 4 ago. 2026.

LOPES, Raphaella Duarte Cavalcante; CUNHA, Débora Alfaia da; BRASIL, Silvany Ellen Risuenho; NINA, Karla Cristina Furtado; SILVA, Simone Souza da Costa. Formação docente sobre inclusão escolar de alunos público da Educação Especial no Brasil: uma revisão integrativa. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 36, e23, 2023. DOI: 10.5902/1984686X69480.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (p.11-24).

MARTINS, Regina Lucia Silveira; SOARES, Jefferson da Costa. O liceu feminino de Anália Franco e a formação de professoras para as casas maternais no início do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. e386, 2025. DOI:[10.4025/rbhe.v25.2025.e386](https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/76654). Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/76654>. Acesso em: 1 jul. 2026.

MINHOLI, Felipe Siqueira; ROCHA, Luiz Renato Martins da. Accessible Materials for Mathematics Teaching for Visual Impairment Students: a Literature Review. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 30, 2024.

PAULA, Jessyca Brennand de; PEIXOTO, Mônica Ferreira. A inclusão do aluno com autismo na Educação Infantil: desafios e possibilidades. **Cadernos da Pedagogia**, v. 13, n. 26, p. 31-45, out./dez. 2019.

RIBEIRO, Simone Lopes de Sousa; SILVA, Micael Campos da; SANTIAGO, Ellen Cristina Boaratti; VIEGA, Klevison Calixto; PALHAS, Klaus Kartanas; SOUZA, Cintia Máximo de; ANDRADE, Francisco Pereira de; TENÓRIO, Marcelo Rodrigues; LIMA, Tiago Fernandes Cerqueira. Formação docente e tecnologias educacionais: uma revisão de literatura sobre inclusão, inovação e práticas educativas da educação infantil ao ensino médio. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 23, n. 1, e8670, 2025. DOI: 10.55905/oelv23n1-132.

SION, Graziany Penna Dias; COSTA, Sionara Cristina. Estratégias de ensino para alunos autistas nas aulas de Educação Física no Ensino Fundamental. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 29, fluxo contínuo, 2024.

SILVA, Lisiane Oliveira da; SARDAGNA, Helena Venites. Educação Infantil e Processos de In/Exclusão: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 32, p. e0038, 2026.

SCHLINDWEIN, Luciane; PROENÇA, Marilene; MILLÉO, Olivia. Defectologia de Vigotski, políticas de inclusão de Santa Catarina e os desafios da medicalização infantil. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 29, p. e285705, 2025.

ZOTTIS, Bruna Lara; MELLO, Débora Teixeira de. Políticas públicas e a formação continuada de professores/as da Educação Infantil no município de Santa Maria/RS: conquistas e impasses. **Educação & Formação (Fortaleza)**, v. 10, p. e14657, 2025.